

## **Territórios em Rede: a criatividade político-cultural dos Povos do Cerrado**

**Agr.<sup>a</sup> Alessandra Karla da Silva**

**Geóg. Carlos Walter Porto-Gonçalves**

### **Das Savanas ao agroextrativismo no Cerrado**

As savanas são consideradas o quarto bioma em área ocupada no globo terrestre, com cerca de 23 milhões de km<sup>2</sup>, representando 20% da superfície terrestre, localizados entre a floresta pluvial equatorial e os desertos de média latitude. As savanas abrigam cerca de um bilhão de pessoas e ocupam cerca, de 65% do território da África, 60% da Austrália, 45% da América do Sul (no caso das formações brasileiras é considerado savana o Cerrado e o Pantanal) e 10% do Sudeste Asiático e a Índia. Salientamos que o Cerrado e o Llano compreendem às maiores áreas contínuas de Savana nas Américas, formação que ainda conforma o mosaico de vegetação do Chaco paraguaio, argentino e boliviano.

O Cerrado é o maior reservatório hídrico da América do Sul, abrigando três grandes aquíferos, a saber: o Guarani, o Urucuaia e o Bambuí. onde nascem os principais rios brasileiros entre eles o Amazonas, Paraná, Parnaíba e Grande. Essa riqueza hídrica alimenta uma grande diversidade vegetal, cerca de 11.046 espécies dispersas em 37 ambientes, onde a sua distribuição é maior em formações savânicas seguidas pelas florestais e campestres.

Na relação ancestral da sociedade humana com a natureza, a cultura se conforma dando forma ao seu meio ecológico, assim o Cerrado como a savana mais rica floristicamente, pode ser resultado de milênios de uso e manejo de espécies florestais e campestres.

O Cerrado, já o registro dos primeiros viajantes expressava, se caracteriza pela diversidade das paisagens: matas, capões, campos, carrascos (florestas anãs), tabuleiros cerrados (tabuleiro fechado) e traduzia a capacidade de adaptação deste bioma no tempo pelos ciclos de vida distintos, nas estações do ano e no espaço.

Assim, as culturas originárias do Cerrado se assentam em mais de 12 mil anos de convivência criativa com a diversidade/complementaridade que o caracteriza. As populações indígenas ao longo de milhares de anos desenvolveram todo um conjunto de estratégias de uso dos recursos naturais nos diferentes ambientes florestais e campestres do Cerrado, combinando caça, coleta, pesca e cultivo de diferentes espécies, durante 550 gerações. Desperdiçar esses saberes tem sido um dos piores efeitos de um saber colonial que, como tal, não vê no diferente, no outro, capacidade criativa. Aliás, esse juízo prévio a respeito do outro ao lhe negar humanidade e lhe impondo valores alheios é uma das marcas da colonialidade do saber e do poder que está subjacente aos grandes problemas ambientais que a humanidade se defronta hoje.

Com a colonização européia, a entrada dos bandeirantes pelo interior dos Cerrados, a vinda de cativos africanos e os ciclos de produção que se seguiram como a mineração e a pecuária, associados à migração e à escravidão, ensejaram a formação de diferentes matrizes culturais, inclusive de um campesinato bastante diversificado –

vazanteiros, retireiros, geraizeiros, mulheres quebradeiras de coco babaçu, entre aquilombados e indigenatos (camponeses etnicamente diferenciados, conforme caracteriza Darci Ribeiro). Observemos que essas populações não se inscrevem entre aquelas que se caracterizam como fidalgos, isto é, os filhos d'alguém e, assim, como filhos de ninguém, os sem eira nem beira, foram se apossando das terras enquanto terra de trabalho, enquanto terra para a vida, mas sem direito à terra que, como sabemos, só era concedida ao amigos do Rei, aos Donos do Poder, aos fidalgo. Assim, estamos diante dos sem-direito muito mais do que sem-terra, até porque com a terra têm relação na condição de posseiro, categoria jurídica, mais do que social, muito embora essa categoria viria a ser politizada, sobretudo dos anos sessenta aos anos oitenta pelos movimentos sociais do campo após a decretação do Estatuto da Terra (1964).

Este diversificado e complexo de matrizes de racionalidade teceram uma relação criativa com a produtividade biológica primária (biomassa) conformando lugares, regiões e suas relações. Ao longo dos últimos 40 anos, com a expansão colonizadora da agricultura moderna, melhor seria chamá-la agricultura moderno-colonial, esses lugares, regiões e suas relações tiveram sua dinâmica e fluxos socioespaciais rompidos contribuindo para o isolamento geográfico.

Assim, ao contrário dos povos da Amazônia, que tiveram a seu favor todo um interesse mundial pela exuberância de sua floresta contínua, cada vez mais vista por sua importância ecológica, que souberam criar uma identidade comum partilhada – os Povos da Floresta - os povos do Cerrado constituíram suas territorialidades ocupando as veredas, as várzeas, enfim, as áreas ribeirinhas manejando o balanço das águas, uma flora e fauna extremamente ricas e, sobretudo nas encostas e chapadas, praticaram a caça e a coleta conformando sistemas agroextrativistas criativamente adaptados às variações das paisagens, vêm sendo encurralados pela violência da expansão dos agronegociantes que tomam suas chapadas, sobretudo, mas também contaminam seus rios com agrotóxicos como também contribuem para aumentar o assoreamento prejudicando a pesca e a saúde das populações. A ocupação dos Cerrados, sobretudo depois da invasão dos conquistadores, que se proclamavam colonizadores, foi, como vimos, uma ocupação dos sem-direitos e, como tal, uma ocupação cuja condição de existência era a invisibilidade.

Desta maneira as comunidades agroextrativistas têm enfrentado, nas últimas décadas, uma perda crescente de espaço, sobretudo devido à ação do agronegócio exportador, que impõe uma nova lógica de utilização dos recursos naturais e ocupação ao território. No entanto, além de concentrar riqueza e poder, esse modelo ocasiona a contaminação dos solos, da água e dos alimentos, inviabilizando práticas socioculturais dos que lá vivem e destituindo-os de suas identidades. Diante desse novo quadro não resta alternativa a essas populações, a não ser buscar, romper com a invisibilidade e afirmar-se protagonizando suas lutas que apontam para uma outra globalização que não aquela que só vê *commodities* e dinheiro. Para isso, dispõem de um rico acervo cultural de convivência com as paisagens dos Cerrados que, como vimos, são ricas em diversidade biológica e água, elementos que a própria globalização capitalista vem dilapidando.

Os agroextrativistas *encurralados* pelos agronegociantes vêm compreendendo o destino comum a que estão sujeitos, a fragilidade política em que se encontravam, expostos isoladamente, impedidos de garantir a continuidade do seu modo vida por uma economia que desvaloriza a natureza, e mesmo, distantes geograficamente para territorializar a luta no bioma Cerrado vêm desencadeando distintas estratégias de

sobrevivência, resistência e afirmação (R-Existência). A seguir, destacaremos uma dessas criativas formas de existência, de r-existência (Porto-Gonçalves), por meio da construção de uma densa organização político-comunitária: a *Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado* desenvolvida a partir do ano 2000.

A partir de práticas produtivas e da (re)invenção de direitos, os agroextrativistas que constroem a Rede, buscam afirmar a sua autonomia desencadeando uma estratégia original, qual seja, uma nova territorialidade em rede. Por meio desta estratégia buscam se afirmar como sujeitos de fato, onde os lugares de terras de uso comum de Cerrado passam a ser reivindicados pelos agroextrativistas como Reservas Extrativistas que, ao mesmo tempo, se organizam em rede enquanto sujeito político coletivo.

### **(Re)inventando o agroextrativismo no Cerrado**

Os grupos sociais que dão origem à Rede vêm de diversas tradições/movimentos de manejo integrado dos diversos ambientes que, tradicionalmente, vêm oferecendo à sociedade brasileira não só alimentos, fibras, energia, remédio, beleza entre outros, mas sobretudo outro destino para o Cerrado. No ano 2000, pequenos agricultores de Caldazinha, pescadores de Aruanã, extrativistas de São Domingos e agricultores assentados de Jandaia, Araguapaz e Silvânia, municípios localizados em Goiás, identificando que, na verdade, partilham um mesmo destino buscam um sentido comum para as suas vidas, tecendo uma nova territorialidade.

Nesta construção, a identidade coletiva do agroextrativista enquanto territorialidade em rede foi se instituindo a partir da afirmação da sua percepção a partir do Cerrado tensionando com os que falam de fora, contra ou sobre o Cerrado. Assim o espaço da conformação político-cultural destes agroextrativistas em rede, foi sendo construído em constante tensão:

1- com/contra alguns movimentos sociais, sobretudo o movimento sindical e de trabalhadores sem terra, que vêm a reforma agrária enquanto acesso à terra, seja enquanto meio de produção ou como título de propriedade enquanto bem material que lhe permite uma renda (financiamento, arrendamento) que, muitas vezes, reproduzem nos assentamentos relações que subordinam o agricultor ao mercado por meio de monoculturas integradas, produzindo assim não só produtos agrícolas mas, sobretudo subordinação de agricultora/es;

2- com/contra os movimentos ecologistas que falam sobre o Cerrado como se fossem porta-vozes dos que lá vivem e que têm, via de regra uma visão da natureza com um sentido isolado da vida dos agroextrativistas. Quase sempre, diga-se de passagem esses movimentos ecologistas falam mais de bichos e plantas do que das gentes que lá vivem e que com sua cultura sabem desses bichos e plantas desperdiçando, assim, esse enorme acervo de conhecimentos a partir (e não sobre) os cerrados;

3- com/contra o Estado que, em nome do (des)envolvimento viabiliza o desenvolvimento não dos cerrados e de seus povos, mas o desenvolvimento dos agronegociantes com a construção de hidrovias, hidrelétricas, barragens, estradas, num processo marcado pela violência (CPT, 2004);

4- contra o agribusiness, que desvaloriza as agri-culturas, transforma a natureza em mercadoria, reduzindo-o a um deserto verde de culturas uniformizadas de soja, cana, eucalipto, mamona entre outras. Agro+Negócio contra Agri+Cultura;

4- com/contra os latifundiários que como detentores de títulos nem sempre juridicamente bons de propriedade da terra, impedem o extrativismo de inúmeras espécies do cerrado, como o baru, a favela, o pequi, o jatobá, o babaçu entre elas, e mesmo, pelo desmatamento para o carvoejamento do Cerrado e, conseqüentemente viabilizam os agronegociantes.

É neste tenso confronto que os agroextrativistas vão se apropriando, se definindo e se construindo enquanto rede, ou seja, se (re)inventando para afirmar o seu modo de ser agroextrativista do Cerrado.

O pano de fundo dessa original forma de territórios organizados em rede se deve às próprias tradições da geo-grafia dessas comunidades nos Cerrados, com comunidades dispersas, sobretudo ao longo das veredas, onde fazem suas práticas agrícolas e a criação de pequenos animais, e as encostas e as chapadas, onde fazem o extrativismo e o pastoreio de seu gado de maior porte. Geralmente, as veredas são áreas apropriadas enquanto propriedade familiar e as encostas e as chapadas enquanto terras de uso comum, daí chamarem GERAIS. Em função desse caráter disperso da organização social e cultural do espaço geográfico desenvolvido por essas comunidades, do caráter sazonal e também disperso dos diferentes frutos e resinas colhidos, nenhum dos 3 territórios que a Rede conformou tem condições suficientes para garantir sua sustentabilidade se existir sozinho, pois não teria a escala de produção. Daí a necessária idéia de uma Rede de Comercialização Solidária de seus produtos que conforma o caráter rede dos distintos territórios. Esse caráter implica que a autonomia de cada território só se realiza se for capaz de se organizar numa escala supralocal, mas sob controle local, através de uma rede capilarizada com controle desde o primeiro nível – os núcleos sob responsabilidade dos monitores, conforme se verá com mais detalhes a seguir.

### **A Organização dos Territórios em Rede**

Os agroextrativistas vêm construindo uma densa rede comunitária com uma importante capilaridade no bioma Cerrado, nesse caso envolvendo 83 comunidades territoriais nos estados de Goiás, Minas Gerais e Bahia. Esse trabalho político-comunitário se expressa na dinâmica do/a monitor/a agroextrativista<sup>1</sup> com seu Núcleo Comunitário de Base – NCB - formado por 5 a 7 famílias que por afinidades (parentesco, troca de trabalho, grupos culturais) se re-unem para organizar a produção agroextrativista e defender a sua convivência com o cerrado. Vários Núcleos Comunitários formam uma Comunidade na estrutura da Rede e os Monitores dos NCBs se reúnem a cada dois meses para avaliar, planejar e implementar as ações locais em rede. Um outro nível de ação/representação da Rede é formado pelas diversas Comunidades (e seus Núcleos Comunitários de Base) em escala Municipal vários municípios, com relativa proximidade geográfica constituem territórios de ação da Rede. Os monitores se reúnem a cada semestre na escala Municipal. Em 2008 havia três territórios em Rede, a saber:

1- **Território Goiano** formado por 9 municípios (com agroextrativistas dos municípios de Goiás, Mundo Novo, Itapirapuã, Jandaia, Aruanã, Guapó, Palmeiras, Heitorai e Silvânia), 16 Comunidades e 365 famílias (e seus Núcleos Comunitários);

---

<sup>1</sup> O Monitor acompanha, orienta, capacita, organiza e monitora o trabalho com as famílias. Faz diagnóstico e visita, pelo menos 4 vezes por ano cada família do seu NC e, ainda, co-ordena o trabalho de Agroecologia.

2- **Território Nordeste** formado por 10 municípios na Bahia e Goiás (com agroextrativistas dos municípios de São Domingos, Posse, Guarani de Goiás, Mambaí, Formosa, São João D'Aliança, Damianópolis, Flores de Goiás, no estado de Goiás e, Cocos e Jaborandi, no estado da Bahia), 37 Comunidades e 405 famílias (e seus Núcleos Comunitários) e

3- **Território Mineiro** com 11 Municípios (com agroextrativistas dos municípios de Lassance, Ibiaí, Jequitaiá, Paracatu, Várzea da Palma, Buenópolis, Corinto, Augusto de Lima, Buritizeiro, Santa Fé de Minas, Natalândia), 34 Comunidades e 448 famílias (e seus Núcleos Comunitários).

Esses Territórios têm seus Conselhos Políticos que formam o Conselho Político da Rede (18 Conselheiros)

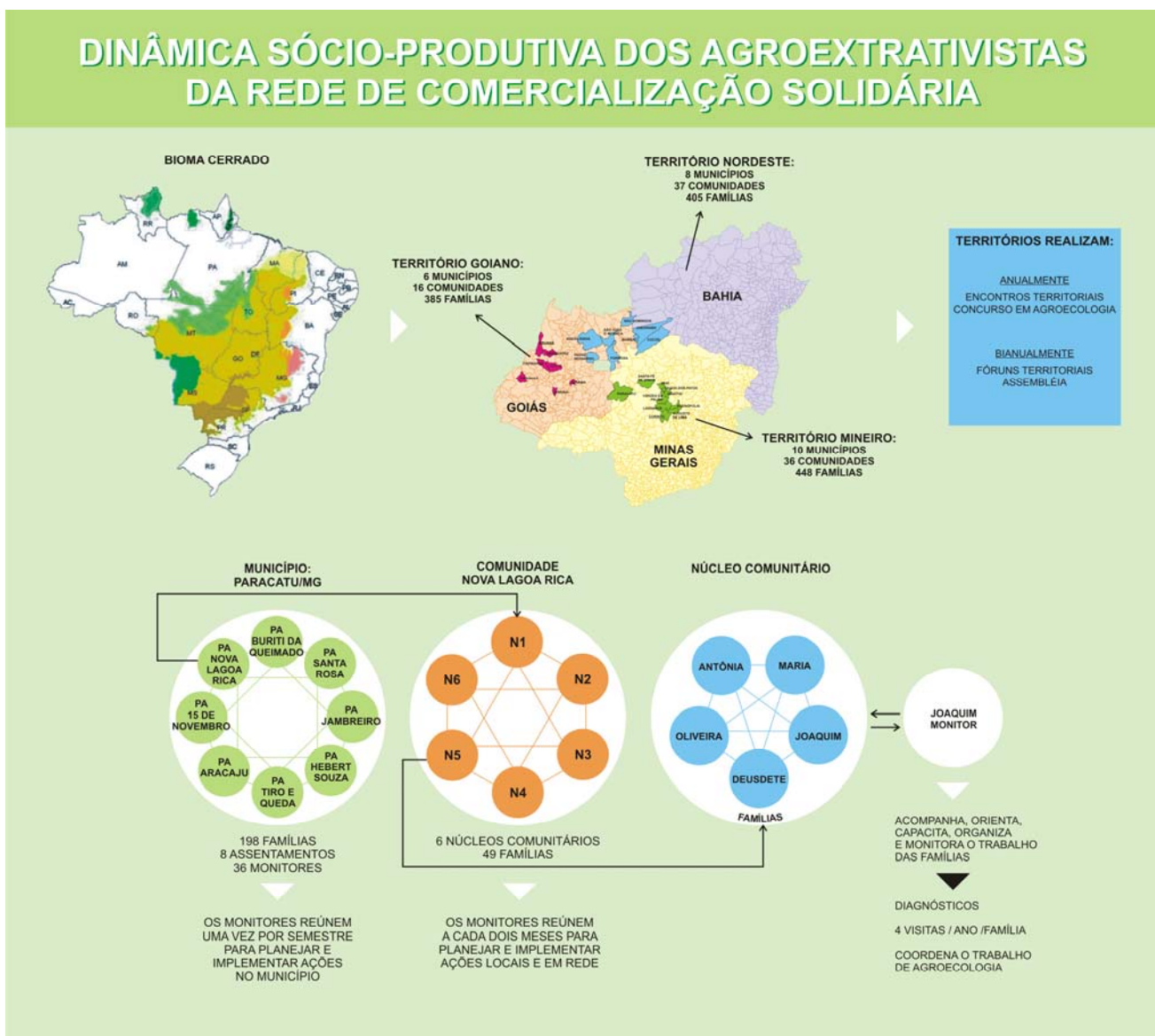


Figura 6. Dinâmica de Organização Comunitária dos agroextrativistas da Rede

A Rede está, em 2008, tecida por uma malha de 217 núcleos comunitários, que se ligam através de nós formados por monitores e conselheiros (18) que une e re-une a Rede.

A dinâmica político-comunitária é animada por um processo de formação de agroextrativista a agroextrativista, baseado na agroecologia a partir de um sistema de alternância, onde o monitor se envolve com a capacitação realizada no Centro de Formação em Agroecologia, em Goiânia, e com a sua comunidade, por meio do processo de aprendizagem-ação. Essa dinâmica fortalece a autonomia dos agroextrativistas do Cerrado, diante da presença ou ausência do Estado em relação à assistência técnica, quer seja pela capacidade ampliada que a organização em rede possibilita, gerando a troca de conhecimento e experiência, entre os diferentes grupos, bem como pelo planejamento comunitário para processo de produção e manejo, aliados à garantia de agroindustrialização dos produtos e subprodutos (resíduos) agroextrativistas, agregando valor e garantindo maior inserção no mercado.

Neste processo de organização, os agroextrativistas encontraram no cooperativismo, uma forma jurídica de formalizar o processo de produção à comercialização sem perder seus valores e princípios (veja box 1) que superam a dimensão mercantil.

### Box 1

#### Princípios da Rede

- **Respeitar o Cerrado.**
  - ✓ não praticando queimadas;
  - ✓ coletando apenas frutos caídos no chão e deixando parte dos frutos para os animais;
  - ✓ não derrubando os frutos com vara ou qualquer outro instrumento;
  - ✓ cultivando roças de forma ecológica, garantindo a diversidade biológica e autonomia dos agroextrativistas.
- **Garantir o desenvolvimento com democracia e justiça.**
  - ✓ não explorando outras agroextrativistas, através da prática de compra de frutos, ou mesmo a contratação de mão-de-obra para a coleta;
  - ✓ o trabalho deve ser familiar, sem a participação de crianças de até 14 anos em atividade que possam comprometer a sua integridade física, moral e intelectual, e os adolescentes participantes devem estar freqüentando a escola;
  - ✓ a participação das mulheres com direitos iguais;
  - ✓ estabelecendo um preço justo e estimulando o consumo sustentável.
- **Fortalecer a identidade do agroextrativistas do Cerrado.**
  - ✓ valorizando seu conhecimento tradicional, como forma de sobrevivência e autonomia;



Cartaz sobre o manejo sustentável do baru

<p>✓ com a participação de famílias que realizam atividades como agricultura, extrativismo e pesca sob regime de economia familiar;</p> <p>✓ lutando pela garantia dos meios de reprodução social, como a terra, a água e a biodiversidade do cerrado.</p>	
--	--

Assim, em 2002, foi constituída a Cooperativa Mista de Agricultores Familiares, Extrativistas, Pescadores, Vazanteiros e Guias Turísticos do Cerrado - Coopcerrado (sociedade cooperativa de acordo com a Lei 5764/1971, art.3º, entidade sem fins lucrativos), para dar forma legal ao processo de luta pela justa valorização dos produtos resultantes da organização comunitária através da agroindustrialização e comercialização com a marca própria (*Empório do Cerrado*).

### Um Pouco da Economia Política da Rede

A economia agroextrativista no Cerrado é marcada por uma diversidade de espécies manejadas e/ou cultivadas, muitas destas com valor comercial, entretanto submetidas a uma lógica de exploração com um valor ínfimo pago ao agroextrativista. A construção da Rede busca viabilizar a garantia de um preço justo e inserção dos diversos produtos no mercado. Cerca de 200 espécies (anexo 1) já são manejadas e comercializadas coletivamente, entre algumas, citamos: os frutos secos de favela (*Dimorphandra sp*); as resinas da ucuúba vermelha (*Virola sebifera*), angico (*Anadenanthera falcata*), jatobá (*Hymenaea stigonocarpa*), pau d'óleo (*Copaifera langsdoffii*), sangue de dragão (*Croton urucurana*); as raízes da papaconha (*Hybanthus ipecacuanha*), paratudo (*Gomphrena officinalis*), mamacadela (*Brosimum gaudichaudii*), batata de purga (*Operculina sp*) comercializados diretamente para a indústria farmacêutica; frutos *in natura* de pequi (*Caryocar sp*) para atacadistas; sementes de pequi mini-processadas em bandejas para supermercados; óleo de pequi, baru, buriti (*Mauritia flexuosa*) e macaúba (*Acrocomia aculeta*) para a indústria de cosméticos. Dos frutos do baru (*Dipteryx alata*), é produzida a castanha de baru, a farinha de baru (utilizada na merenda escolar de Goiânia desde 2001 e partir de 2005 passou a atender 285 mil pessoas de 513 instituições filantrópicas em 15 municípios do estado de Goiás), *cookies*, *granolas* e *barras de cereais*, sendo que na composição destes últimos produtos também se utiliza a farinha de jatobá (*Hymenaea stigonocarpa*), mel, gergelim, ovos, banana desidratada e açúcar mascavo, produzido pelos agroextrativistas e beneficiado em uma unidade de beneficiamento de produtos agroecológicos. Já do resíduo (casca dos frutos de baru), obtém-se o carvão ecológico. Além dos produtos manejados são produzidos de forma ecológica e comercializados outros produtos como: a mandioca, gergelim, arroz, feijão, milho, açafraão, algodão e sementes de adubos verdes.



**Cartaz para organização comunitária**



**Cartilha de manejo da faveira**

Em Goiânia está sendo estruturado um complexo ecosocio-produtivo dos agroextrativistas do Cerrado com uma Unidade de Beneficiamento de Baru e derivados, uma Usina de Óleos Vegetais, um Entrepósito de Produtos Apícolas e um Centro de Distribuição de Produtos Agroextrativistas. Além destas, estão previstas mais cinco unidades de beneficiamento.

O processo de organização em Rede potencializa a atuação política, converge para um maior enfrentamento contra à padronização da vida, pois reinventam uma outra economia agroextrativista, que não dissocia a produção da natureza, nem tampouco da ação política. Essas mudanças vêm se materializando em conquistas junto ao poder público, entre elas: a aprovação da Lei nº 15.051, de 29 de dezembro de 2004, que trata da matéria tributária dispendo sobre a redução de base de cálculo do Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) sobre a industrialização de produtos típicos do Cerrado (antes era 17% e com a lei passou para 7%); e a criação da Portaria nº18/2002, da Agência Ambiental, que proíbe o corte do baru no Estado de Goiás.

O avanço na organização comunitária possibilitou, em 2006, a constituição de outro instrumento cooperativo: a Rede Cred - Cooperativa de Crédito Rural Solidário, que envolve os municípios de Jandaia, Goiás, Guapó, Palmeiras, Itapirapuã e Heitorai, passando a trabalhar uma política agroextrativista de crédito, a partir de recursos próprios e governamentais. Salientamos que são enormes os muros que bloqueiam o fluxo da organização sócio-político e produtiva dos agroextrativistas no Cerrado que estão cristalizados em instituições de poder públicas e privadas.

Para a tomada de decisão em Rede, foram instituídos espaços deliberativos, os quais são realizados a cada dois anos, definidos como Fóruns Territoriais e a Assembléia (Box 2).

## BOX 2

**Espaços Deliberativos da Rede de Comercialização Solidária:**

- **Fóruns Territoriais**

Os fóruns são espaços de preparação e mobilização que antecedem a Assembléia da Rede, realizados a cada dois anos em três territórios (Goiano, Mineiro e o Nordeste), cujo objetivo é avaliar o trabalho em curso, discutir estratégias, trocar conhecimentos e construir o planejamento participativo com as comunidades. Os fóruns são discutidos e preparados antecipadamente pelas comunidades a partir de um roteiro definido pelo conselho político da Rede, que permite além da participação efetiva da comunidade de opinar e avaliar o trabalho, bem como indicar três representantes da comunidade para participar dos Fóruns e defender suas propostas coletivas.



- **Assembléia**

É a instância de decisão máxima da Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado, onde são (1) definidas as estratégias para o plano de ação bianual da Rede, (2) eleitos os conselheiros políticos da rede, os diretores da Coopcerrado e da Rede Cred e (3) realizadas alterações no estatuto e regimento interno.



### **Uma nova dimensão agroextrativista: a territorialidade em rede**

A Rede se constituiu a partir de matrizes de racionalidades distintas, conformadas ao longo de uma larga história através do modo como os distintos grupos sociais se apropriam criativamente (culturalmente) dos recursos naturais: alguns, os assentados, estão marcados por uma lógica fundada na propriedade privada de terra, enquanto outros se forjaram através de caminhos e práticas de uso comum do Cerrado (grupos extrativistas, pescadores, vazanteiros). O interessante da Rede é a construção coletiva que vem se dando a partir dessas duas tradições. A começar pela luta pela invenção de direitos coletivos, como a luta para o acesso aos recursos naturais enquanto território (e não simplesmente terra), a partir da criação das Reservas Extrativistas no Cerrado que, por sua vez, liga e viabiliza outra luta, a da regularização das reservas legais dos assentamentos, através da compensação ambiental; assim como a luta pela garantia de

convivência com o Cerrado, através da extensão do direito à concessão real de uso para os assentados e a regulamentação do livre acesso ao extrativismo sustentável.

Os povos e grupos sociais extrativistas do Cerrado, com seu fazer, ainda são vistos por uma ideologia que os inferioriza enquanto uma forma primitiva de trabalho e produção e que os vê com tendência ao desaparecimento em função do desenvolvimento. Cada dia mais esses povos e grupos sociais diversos com suas práticas de agroextrativismo vêm não só ampliando a compreensão política do mundo global em que estão inseridos e lutam não só para serem conhecidos, mas reconhecidos pelo valor que suas práticas e saberes têm diante da crise ambiental e de valores de uma sociedade que se acredita sem limites, até porque sendo seu limite o dinheiro, e o dinheiro uma expressão quantitativa como tal não tem limites. Cada dia mais essas populações compreendem também a importância do que produzem para a humanidade, pois entre elas se encontram soluções para diversos de seus problemas, principalmente, no que se refere às doenças, tais como o câncer, cujas substâncias curativas se encontram em plantas diversas do Cerrado (ipê roxo, pau de sebo, pau santo) cujo conhecimento está associado a essas populações extrativistas. A alienação dos produtores no produto, o fetiche da mercadoria, impede que se veja toda a cadeia ecosocio-produtiva que faz chegar à casa de cada um toda a cultura (modos de fazer, sentir e agir) dos povos dos Cerrados.

Essas famílias extrativistas foram, ao longo do tempo, sobretudo desde os anos sessenta do século passado, sendo expulsas do território que ocupavam, passando a morar em pequenos povoados e cidades. Todavia, essa “urbanização” não os impediu de continuar a usar os recursos naturais do Cerrado, embora numa nova condição mais limitada e marginal. Seus territórios foram se tornando propriedades privadas que passam a ser utilizados pelos extrativistas a partir da autorização dos proprietários em alguns casos e em outros pela chamada “*boca franca*”, ou seja, entrada livre (rios, lagos, serras) de difícil proibição. Todavia, essa condição mais limitada e marginal de relação com a natureza trouxe, por outro lado, a oportunidade de estabelecer novas relações a partir do urbano e, assim reconfigurar sua relação com a natureza.

Assim, os extrativistas, junto com a experiência dos assentados pela reforma agrária, passam a discutir o direito ao acesso aos recursos naturais do Cerrado e o modo de uso do território. O assentado tende a reproduzir, no assentamento, o princípio da propriedade privada e a luta desse movimento ignora a relação tradicional das comunidades do Cerrado com o lugar, reduzindo-o ao acesso ao bem, à propriedade privada. Para o agroextrativista, ao contrário, o território é onde se reproduz coletivamente tendo áreas comuns para extrativismo e o gado e pequenas roças para subsistência, respeitando o direito constituído de cada um, enfim, um híbrido de propriedade familiar com uso comum dos recursos naturais.

Em 2002, por meio de uma construção coletiva em rede, passaram a buscar um caminho comum, o de garantir o direito à convivência com Cerrado, seja pela criação das reservas extrativistas no bioma, seja pelo direito à concessão real de uso pelos assentados, pelo direito dos jovens filhos de assentados ao re-assentamento e ao licenciamento ambiental da atividade extrativista em áreas de terceiros.

Nessa construção uma luta se iniciou junto à sociedade e ao poder público para o reconhecimento das populações tradicionais do Cerrado e seus territórios, que esbarram em preconceitos e/ou desconhecimento sobre seus modos de vida. Um primeiro esforço para esclarecer acerca da importância dessas populações e sua cultura vem sendo o de demonstrar a sustentabilidade econômica do agroextrativismo no Cerrado, ou seja, o

potencial de renda familiar proveniente do seu manejo inteligente do Cerrado, conforme a rica tradição indígena, quilombola, camponesa vem fazendo ancestralmente. Assim, vêm demonstrando que o Cerrado tem não somente valor econômico, mas também que os agroextrativistas são capazes de organizar empreendimentos solidários a partir deste potencial, como se pode ver a seguir com o trabalho já desenvolvido pela Rede com algumas espécies, a citar: o baru, a faveira, o pequi e o pau de sebo.

Considerando apenas o aspecto econômico do que pode representar o manejo sustentável das espécies do Cerrado, uma área de manejo de *baru* de um hectare, com 5 árvores (Box 3), a produtividade alcançada foi 43,84kg de castanha beneficiada, gerando uma Renda Bruta de R\$1.008,32/hectare em 2003. Comparativamente, no Estado de Goiás, 1 hectare de soja produz 55 sacos de 60 Kg, que equivale a R\$2.255,00 de receita bruta, considerando que o custo médio de produção por hectare de soja no sistema de plantio direto é de R\$1.185,15 (Embrapa/CTPA, 2007). Desta maneira, com toda a tecnologia de ponta que existe à disposição do mono-cultivo da soja, inclusive com recursos públicos em pesquisas da EMBAPA, por exemplo, o rendimento da soja praticamente empata (R\$1.069,85/ha) com um empreendimento agroextrativistas que vem a 8 anos trabalhando com um alimento completamente novo no mercado e que não conta com política sistemática de apoio técnico-científica.

### **BOX 3**

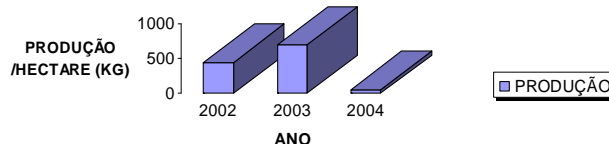


#### **MONITORAMENTO DO BARU EM JANDAIA SAFRA 2002**

DADOS	ÁRVORE	HECTARE
ALTURA	16,68M	
DIÂMETRO A ALTURA DO PEITO	0,87 M	
PRODUÇÃO	88,10KG	444,75KG
QUANTIDADE DE FRUTOS	2469 UNID.	
ÉPOCA DA COLETA	SETEMBRO	
FRUTOS COM POLPA	33,14%	
FRUTOS SEM POLPA	66,86%	
PESO MÉDIO POR FRUTO	29 G	
PESO DO FRUTO SEM POLPA	19,06 G	
NÚMERO DE ÁRVORES	1	5
QUANTIDADE DE FARINHA BENEFICIADA	5,57KG	27,9KG
RENDA BRUTA EM MÉDIA	R\$128,11	R\$ 641,7

Fonte: CEDAC/REDE, 2002.

ANÁLISE DO MONITORAMENTO PARTICIPATIVO DO BARU NO  
MUNICÍPIO DE JANDAIA/GO DE 2002 A 2004



Fonte: CEDAC/REDE, 2004.

A *faveira* ou *fava d'anta* é outra espécie cujo valor econômico e uso farmacológico liga os agroextrativistas do Cerrado ao mundo, através das substâncias flavonóides (Vide Box 4) que esta espécie contém. Considerando que o Cerrado brasileiro possui a maior

reserva de faveira do mundo, produzindo cerca de 1.087.028 kg de rutina<sup>2</sup> por ano, representa aproximadamente 62% do mercado mundial. Somente a faveira tem movimentado por ano, em média, cerca de US\$12.266.875,93, dos quais 89,08% é do mercado da rutina, 9,09% de quercetina e 1,82% de ramnose, princípios ativos derivados da faveira utilizados na composição de remédios, vitaminas e complementos alimentares.

A experiência de manejo sustentável da faveira desenvolvida pelos agroextrativistas em rede, realizou uma mudança significativa na renda familiar e no processo de organização comunitária. Até o ano 2000, o extrativismo da favela resultava numa vil exploração do/as agroextrativistas do Cerrado, onde cada extrativista recebia apenas R\$0,10/kg de fruto verde. Com o trabalho em rede, as famílias, ao longo destes 7 anos, vêm manejando de forma sustentável, uma área média de 3.199,11ha por safra, correspondente a R\$78.168,78, ou seja, cerca de R\$356,62 de renda média bruta por extrativista (tabela-6). Os agroextrativistas, como fornecedores de matéria-prima, se encontram no início da cadeia e com menor participação na margem de comercialização pois recebem US\$0,8/kg de frutos secos. Com o processamento, a indústria perfaz US\$5,11/kg de frutos com a rutina (aproximadamente 640% mais que o agroextrativista).

#### **BOX4**

##### **EFEITO DA RUTINA**

**Os efeitos produzidos por estas substâncias podem ser resumidos em atividade antioxidante, cardiovascular, efeitos na oxidação de lipídios, antiinflamatória, anticarcinogênica, radioproteção, e outros efeitos.**

**Aplica-se a rutina na hipertensão com o objetivo de evitar hemorragias cerebrais, além de aumentar a resistência capilar. Portanto, pode-se prevenir também complicações vasculares de pessoas afetadas de arterosclerose. Em diabetes mellitus se procede com o tempo de lesões degenerativas das paredes vasculares. A rutina tem sido empregada com êxito contra hemorragias de diferentes lugares, como por exemplo, hemorragias pulmonares, intestinais, nasais e de gengivas.**



**Fonte: CEDAC/REDE, 2005**

<sup>2</sup> A **rutina** é um bioflavonoide solúvel em metanol, também conhecida como Vitamina P. Foi descoberta em 1936 pelo bioquímico húngaro Albert Szent-Györgyi. Suas principais fontes são os vegetais folhosos e frutas cítricas, como o trigo-sarraceno (*Fagopyrum esculentum*), a uncária (*Uncaria eliptica*), as folhas e pecíolos das espécies do gênero *Rheum* e no fruto da árvore brasileira Fava-d'Anta (*Dimorphandra mollis*). Sua ação é de antifrágilidade capilar, fortalecendo os capilares reduz os sintomas de hemofilia e previne edemas nas pernas. Sua carência provoca o aparecimento de microvarizes e problemas vasculares. Fonte Wikipédia acesso em 10/11/2008.

Tabela 6- EVOLUÇÃO DO MANEJO SUSTENTÁVEL DA FAVELA

Indicadores do monitoramento da Favela	Ano 2000	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004	Ano 2005	Ano 2006	Ano 2007
Nº de municípios		1	2	7	4	14	18	10
Nº de famílias participantes (kg)		52	54	126	60	220	400	164
Produção total		26.720,5	16.475	54.400	26.950	108.000	142.500	52.440
Renda bruta/coletor	14,5	251,78	137,3	354,03	381,78	539,99	438,18	393,3
Área total manejada (ha)		1.406,34	867,10	2.863,15	1.597,22	5.400	7500	2760

Fonte: CEDAC/REDE, 2008.

O *pequi* é outro produto com forte tradição no Cerrado onde, na experiência da rede, um hectare de manejo de pequi fornece em média cerca de 398,75kg de fruto/ha. A considerar a comercialização dos frutos *in natura*, pode-se obter R\$124,28/ha ou R\$155,35/ha com o óleo do pequi. Outra riqueza desconhecida é o pau de sebo, onde em um hectare de manejo se obtém cerca de R\$1.980,00 com a comercialização da resina.

Eis alguns pequenos exemplos concretos do valor do Cerrado que, hoje, é realidade no trabalho da Rede e que mostra que não só se pode ter uma boa renda através de uma economia agroextrativista no Cerrado, como também há um outro destino possível para o Cerrado e suas populações muito diferente da política que teima em nos tornar fornecedores de matéria-prima (biodiesel e o etanol) destruindo o Cerrado.

Um segundo aspecto a ser afirmado contra os preconceitos, nesse caso sobretudo de certos ecologistas, é o fato de os extrativistas do Cerrado terem uma larga tradição de criação de gado a solta no cerrado, que há 300 anos se encontra incorporada no fazer dos extrativistas (1 família cria no máximo 10 cabeças), mas cujo impacto ambiental nesses 3 séculos é não só relativamente pequeno como, nessas áreas, auto-demarcadas e demandadas se encontram os fragmentos significativos de vegetação nativa do cerrado.

Entre todas as resistências contra o avanço do agronegócio nada se compara ao significado que alcança a constituição das Resex's no Cerrado, inclusive pelo potencial da sua economia agroextrativista que se baseia nessa produtividade biológica primária rica do Cerrado e na criatividade cultural de seus povos e grupos sociais diversos.

Assim, a luta para o reconhecimento do notório saber dessas populações é um primeiro passo para sua afirmação, onde as famílias demandantes coletivamente passam por todo o tipo de pressão e coerção e mesmo insegurança de vida, ameaçados pelo poder econômico, por detrás da propriedade privada.

Com a criação das primeiras reservas extrativistas no Cerrado (11 de setembro de 2006, *Lago do Cedro/Aruaná* e *Recanto das Araras de Terra Ronca/São Domingos e Guarani*) o cenário de insegurança agrava-se, pois, o Estado sem recursos para regularização fundiária promove a insegurança jurídica. Essa situação leva os extrativistas ao confronto com os proprietários para efetivação das reservas, onde os extrativistas sem o acesso a terra, passam a ser ameaçados pelos proprietários, impedidos de entrar na área para coleta dos frutos, além da retirada irregular de madeira e queimadas nas áreas.

Por iniciativa da Rede foram formalizados demandas em rede para a criação de mais 8 reservas extrativistas nos Cerrados (Tabela 7).

Sabendo da riqueza sócio-cultural no Cerrado a Rede lançou a Campanha “O Cerrado não vive por si só: Reservas Extrativistas no Cerrado”.

**O Cerrado não vive por si só**

**Extrativistas garantindo seus territórios:  
Reservas Extrativistas no Cerrado**

A Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado por meio de uma orgânica e densa rede comunitária de grupos sociais com uma enorme capilaridade geográfica nesses territórios que, até aqui, vinham sendo ignorados – agricultores familiares, extrativistas, pescadores, vazanteiros – conquistam o direito e o reconhecimento de seu **notório saber** de se organizar em rede sobre um território através de suas práticas e da sua própria organização política-comunitária, direcionada em 2001 através da luta por “Terra, Água e Biodiversidade: Reservas Extrativistas no Cerrado”.

O processo em Rede potencializou maior enfrentamento quanto à padronização da vida, provocando êxito no agronegócio no Cerrado que se materializaram em conquistas com a criação das primeiras Reservas Extrativistas no bioma Cerrado: *Resex Lago do Cedro* no município de Aruanã/GO e *Resex Recanto das Araras de Terra Ronca* nos municípios de São Domingos/GO e Guarani de Goiás/GO e pela solicitação de mais sete Resex envolvendo 600 famílias e uma área total de 300.000 hectares.

**Passos para gestão compartilhada:  
Entre a organização dos Extrativistas e o Estado**

**1. Quem pode solicitar?**  
Extrativistas, Pescadores, Vazanteiros, Barrasqueiros, Geralzeiros e outros grupos culturalmente diferenciados, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

**2. Apresentação da Organização Política comunitária:**  
Atuação assídua das populações demandantes organizadas com vistas às inscrições para utilização da área, o número de usuários da área, os produtos extrativistas produzidos e a área do reserva proposta.  
Cartas de apoio de outras entidades e manifestos formais de apoio de autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

**3. Reconhecimento do Notório Saber das Populações Demandantes pelo Estado:**  
Visitação do Instituto Chico Mendes para verificação da existência das tradições culturais das populações e o grau de organização da comunidade.  
Elaboração de estudos: ambiental, sócio-econômico e fundiário.  
Consulta pública para ampliar a participação da sociedade junto à população demandante, na criação da reserva extrativista.

**4. Criação das Reservas Extrativistas através de Decreto Presidencial**

“não lutamos por terra, mas por território, por um determinado modo de se apropriar, tornar própria a natureza, o espaço e o tempo, tornar-se extrativista”

**1. Criação do Conselho Deliberativo da Resex**  
É o espaço legitimamente constituído para discussão, deliberação e gestão compartilhada referente às questões sociais, econômicas, culturais e ambientais da Resex e sua área de influência. É constituído por representantes do poder público, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais da Resex.

**2. Regularização Fundiária**  
Após a publicação no Diário Oficial da União do Decreto da Resex, o Instituto Chico Mendes providenciará a regularização fundiária da mesma, que deverá resultar na emissão de posse em nome do Instituto.  
A desapropriação faz-se mediante o pagamento das indenizações fixadas pelo juiz. Essas indenizações serão pagas pelo Governo Federal em dinheiro.

**3. Contrato de Concessão do Direito Real de Uso**  
É um contrato administrativo concedido a título gratuito pelo qual o Poder Público permite a exploração sustentável e a conservação dos recursos naturais daquele espaço territorial das populações extrativistas.

**4. Plano de manejo participativo das Resex**  
É o plano de gestão da Resex pelas populações.

**Comissão de Apoio à Criação de RESERVAS EXTRATIVISTAS no Cerrado**  
Entre em contato conosco: 0800 64 67 515  
pavosdocerrado@emporiocerrado.org.br  
www.emporiocerrado.com.br

**Campanha: O Cerrado não vive por si só**

**Tabela 7- Resex's demandadas pela Rede de Comercialização Solidária**

<b>Nome das RESEX's</b>	<b>Município / Estado</b>	<b>Número de Famílias</b>	<b>Área (ha)</b>
<b>No Estado de Goiás</b>			
<i>Resex Recanto das Araras de Terra Ronca</i>	<i>São Domingos/GO Decreto de 11/09/06</i>	130	12.036,62
<i>Resex Lago do Cedro</i>	<i>Aruanã/GO Decreto de 11/09/06</i>	160	17.337,616
Resex Córrego das Pedras e Galiota	Mambaí/GO	100	80.000,00
Resex Contagem dos Buritis	São Domingos/GO	25	19.350,00
Resex Rio da Prata	Posse/GO	30	15000,00
<b>No estado da Bahia</b>			
Resex Itaguari	Cocos/BA	30	14.000,00
<b>No estado de Minas Gerais</b>			
Resex Sempre Viva	Lassance/MG- em consulta pública	30	25.000,00
Resex Curimataí e Nova Esperança	Buenópolis/MG- em consulta pública	30	19.070,2810
Resex Serra do Muquém	Corinto/MG- em consulta pública	30	15000,00
Resex Barra do Pacuí	Ibiaí/MG- em consulta pública	50	50.000,00
<b>Total</b>		<b>615</b>	<b>266.814,51</b>

**Fonte: REDE 2008**

Sabendo, das dificuldades de se constituir uma política para o Cerrado, no que se refere às populações tradicionais e seus territórios, a Rede de Comercialização Solidária e o CEDAC - Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (entidade que assessora a Rede) desencadearam uma discussão junto ao INCRA, tanto a nível estadual, em Goiás, como nacional, para aplicação da portaria conjunta INCRA e IBAMA Nº155, de 27 de março de 2002, art 1º, que visa "*instituir procedimentos e mecanismos visando efetivar a compensação de áreas de reserva legal nos projetos de assentamento e reforma agrária ou de colonização do INCRA, relativamente aos imóveis transferidos para o IBAMA objetivando a criação de unidades de conservação*". Aciona, assim, a que o poder público faça valer o que já está formalmente consagrado, mas que politicamente não é acionado.

Desta maneira, a Rede faz gestões, mobiliza esforços políticos e tensiona o ICMBIO e o INCRA para resolução de dois lados da questão: de um lado, os assentados sem reserva legal impedidos de licenciamento ambiental e, de outro lado, os agroextrativistas, que terão acesso ao território decretado enquanto Reserva Extrativista. A primeira Resex's a ser contemplada nesta ação conjunta é a Resex's Lago do Cedro, que irá resolver o passivo ambiental de 50 assentamentos, conforme estudo do CEDAC apresentado ao INCRA. A regularização fundiária das outras Resex's segue o mesmo caminho, com uma forte atuação política em rede dos agroextrativistas que vão garantindo seus direitos e fazendo com que o estado cumpra seu papel.

A originalidade da Rede em termos político-organizativos é que ela se constituiu a partir de um dos maiores desafios dos camponeses, qual seja, a comercialização. A geografia econômica parece tramar contra os camponeses, na medida em que sua

dispersão espacial os expõe ao atravessador por não ter cada família ou comunidade volume suficiente de produtos que justifique que, por si mesmos, possam ter toda a complexa logística (relação tempo-espço) necessária para ir ao mercado. Até porque o mercado é parte da vida, mas não é a vida. Assim, a Rede ao organizar-se para comercializar ao fazê-lo a partir de uma sofisticada e rígida organização política, onde democraticamente criam consensos e formulam estratégias, fortaleceu a identidade agroextrativista por meio de princípios e valores agroecológicos e, com isso, fortaleceu a luta pela terra enquanto luta por território, enfim, por um determinado sentido para a vida na relação com a natureza. Merece destaque aqui, por seu significado político, a maior apropriação da renda com a superação do atravessador:

<p><b>Baru – o coletor recebia R\$4,00/saco(2000) e passaram a receber R\$24,00/saco em 2008;</b></p> <p><b>Faveira – o coletor recebia R\$0,10/kg de fruto(em 2000) e passaram a receber R\$1,28/kg em 2008;</b></p> <p><b>Pequi- o coletor recebia R\$3,00/caixa de fruto(em 2000) e passaram a receber R\$12,00/caixa em 2008;</b></p>
---

Ao mesmo tempo, a criativa territorialidade em rede aqui desenvolvida tensiona com a territorialidade do estado com sua divisão de competências político-administrativas entre município, estados e união. A começar com o fato de as Comunidades e seus Núcleos, mesmo respeitando a unidade municipal como instância interna à Rede, não são espaços de municípios contínuos que conformam os 3 territórios. E, mas importante ainda, os 3 territórios envolvem 3 unidades da federação distintas, a saber, Minas Gerais, Goiás e Bahia. O estado, enquanto ente político quer subordinar a organização da rede à sua ordem de competências e, assim, não comporta o caráter em rede necessário à sobrevivência de cada um dos territórios que a rede conforma. O SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação – impõe a constituição de Conselhos em cada unidade de conservação. Ocorre que se cada um dos territórios que a Rede conformou for uma Reserva Extrativista isolada ela não sobrevive, conforme demonstramos. Assim, cada uma das reservas deve estar articulada ao todo da rede e o estado está sendo instado a adequar sua rigidez à criatividade da vida dos povos e, assim, abrir a possibilidade para que esse enorme patrimônio cultural possa se afirmar e, com ele, a vida desses povos e do planeta.

**Anexos:****Lista 2- Espécies manejadas pelos agroextrativistas da Rede**

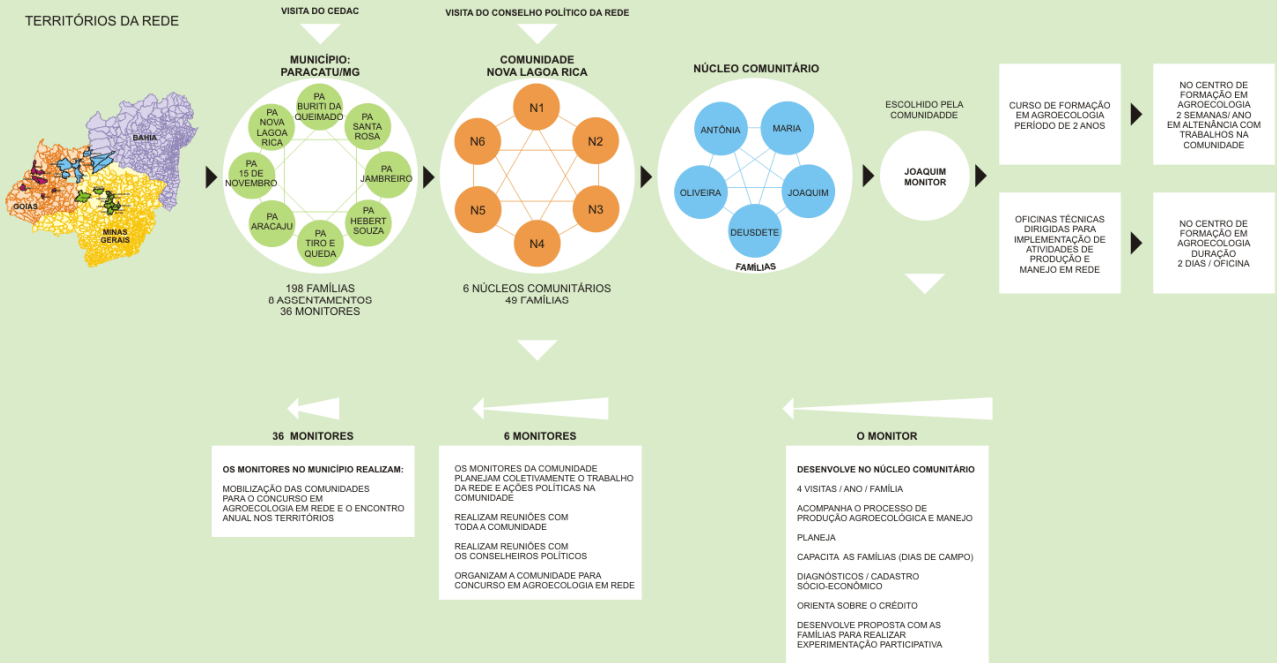
<b>Espécies Manejadas</b>	<b>NOME CIENTÍFICO</b>
<b>Extraídas</b>	
Sucupira	( <i>Bowdichia virgiloides</i> )
Sucupira branca	( <i>Pterodon emarginatus</i> )
buriti	<i>Mauritia flexuosa</i>
mama cadela	( <i>Brosimum gaudchaudii</i> )
baru	( <i>Dipteryx alata</i> )
assa peixe	( <i>Vernonia ferruginea</i> )
barbatimão	( <i>Stryphnodendron barbadetimam</i> )
lobeira	( <i>Solanum aff. Lycocarpum</i> )
poaia	( <i>Borreria verbenooides</i> )
pequi	( <i>Caryocar brasiliensis</i> )
copaiba	( <i>Copaifera langsdoffii</i> )
lixreira	( <i>Curatella americana</i> )
carapiá	( <i>Dorstenia asaroides</i> )
cagaita	( <i>Eugenia dysenterica</i> )
angico	( <i>Anadenanthera falcata</i> )
cedro	( <i>Cedrela odorata</i> )
canfistula	( <i>Cassia ferruginea</i> )
gabirola	( <i>Campomanesia pubescens</i> )
murici	( <i>Byrsonima verbascifolia</i> )
mutamba	( <i>Guazuma ulmifolia</i> )
paratudo	( <i>Gomphrena officinalis</i> )
ipecacuana	( <i>Lonidium ipecacuana</i> )
jatobá	( <i>Hymenaea stigonocarpa</i> )
faveira	( <i>Dimorphandra sp</i> )
tamboril	( <i>Enterolobium ellipticum</i> )
ipê amarelo	( <i>Tabebuia aurea</i> )
quina	( <i>Strychnos pseudoquina</i> )
virola	( <i>Virola sebifera</i> )
pé de perdiz	( <i>Croton goyazensis</i> )
velame branco	( <i>Macrosiphonia velame</i> )
macela	( <i>Achyroline satureoides</i> )
erva de teiú	( <i>Casearia sylvestris</i> )
macaúba	( <i>Acrocomia aculeata</i> )
pimenta de macaco	( <i>Xylopia aromatica</i> )
ciganinha	( <i>Calliandra dysantha</i> )
Perobinha do campo	( <i>Aspidosperma tomentosus</i> )
Quebra pedra	( <i>Phyllanthus niruri</i> )
Pacari	( <i>Lafoensia pacari</i> )
Ipê roxo	( <i>Tabebuia avellaneda</i> )
angélica	( <i>Angelica archangelica</i> )
balsamo	( <i>Myroxylon peruiferum</i> )
carobinha	( <i>Jacaranda caroba</i> )
chapeu de couro	( <i>Echinodorus macrophyllus</i> )
Casca D'anta	( <i>Drymis winteri</i> )
Douradinha	( <i>Waltheria douradinha</i> )
Emburana	( <i>Torresea cearensis</i> )
Erva de Santa Maria	( <i>Chenopodium ambrosioides</i> )
Jalapa	( <i>Mandevilla ilustris</i> )

Pata de vaca	( <i>Bauhinia rufa</i> )
Cambará	( <i>Lantana camara</i> )
Erva de São João	( <i>Pyrostegia venusta</i> )
articum	( <i>Annona crassiflora</i> )
Gravatá	( <i>Bromelia antiacantha</i> )
Pau Doce	( <i>Vochysia rufa</i> )
fel da terra	( <i>Deianira chiquitana</i> )
landim	( <i>Calophyllum brasiliense</i> )
Negamina	( <i>Siparuna guianensis</i> )
marmelada	( <i>Alibertia edulis</i> )
caju do cerrado	( <i>Anacardium humile</i> )
Catuaba	( <i>Anemopaegma arvense</i> )
Pau Jangada	( <i>Apeiba tibourbou</i> )
Garapa	( <i>Apuleia leiocarpa</i> )
Gonçalo	( <i>Astronium fraxinifolium</i> )
Tapicuru	( <i>Callisthene major</i> )
Jequitibá	( <i>Cariniana estrellensis</i> )
Araribá	( <i>Centrolobium tomentosum</i> )
Mulungu	( <i>Erythrina speciosa</i> )
Mangaba	( <i>Hancornia speciosa</i> )
Açoita cavalo	( <i>Luehea paniculata</i> )
arnica	( <i>Lychnophora ericoides</i> )
aroeira	( <i>Myracrodoum urundeva</i> )
jacarandá	( <i>Machaerium acutifolium</i> )
Braúna	( <i>Melanoxylon braunia</i> )
araçá	( <i>Psidium firmum</i> )
Boleiro	( <i>Platycyamus regenelli</i> )
pau terra	( <i>Qualea grandiflora</i> )
Capitão	( <i>Terminalia faqifolia</i> )
bolsa de pastor	( <i>Zeyheria digitalis</i> )
algodãozinho	( <i>Cochlospermum regium</i> )
Almescla	( <i>Protium sp</i> )
Pau santo	( <i>Kielmeyera coriacea</i> )
vinhático	<i>Plathymeria reticulata</i>
Musgo Preto	<i>Parmelia sp</i>
barba de pedra	<i>Usnea Barbata</i>
coco azedo	<i>Syagrus oleracea</i> ( Mart) Becc.
indaia	<i>Attalea dubia</i> Mart. Burret
tingui	<i>Magonia pubescens</i> st. Hill
cana brava	<i>Gynerium sagittatum</i> Beaur
pereiro	<i>Aspidosperma Ramiflorum</i> M. Arg
guatambu	<i>Aspidosperma Subincanum</i> Mart.
rabo de tato	<i>Allagoptera leucocalyx</i> ( Mart ) Kuntze
chicha	<i>Sterculia Chicha</i> st. Hil. ex Turpin
botão	<i>Paepalanthus (aff) amoenus</i>
pavão	<i>Paepalanthus Speciosus</i> Keke
pimentinha	<i>Xyn's sp.</i>
espeta nariz	<i>Rhynchospora globosa</i> (h.b.k) r.et
estrelinha	<i>Dichromena Speciosa</i> – Kunt
Butia	<i>Attalea geraensis</i> Barb.Rodr.
capim amargoso	<i>Ichnanthus Bambusiflorus</i> Doell
verde amarelo	<i>Axonopus Aureus</i> – Beuv.
cabaça	<i>Lagenaria Vulgaris</i> Ser.

bate caixa	<i>Salvertia Convallariaeodora</i> st. Hill
boca de sapo	<i>Jacarandá brasileira</i> (Lam) Pers.
pau terra de areia	<i>Qualea dichotoma</i> (Warm) Staff
canoinha	<i>Asclepias</i>
cipo trevo	<i>Heteropsis Jenmani</i> Oliv
carambola	<i>Luehea candicans</i> Mart. Et Zucc.
casca de oca	<i>Kielmeyera Lathrophytum</i> Saddi
pinha do brejo	<i>Talauma Ovata</i> St. Hil.
azedinha	<i>Oxalis</i> sp
capim arrozinho	<i>Sorghastrum Minarum</i> – (Ness) Hitchcok
tirrica	<i>Cyperus Rotundus</i>
vassourinha	<i>Microlicia</i> sp
cabo verde	<i>Cassia Choriophylla</i> Vog.
chapeu de couro	<i>Coccolaba Mollis</i>
coração	<i>Bulnesia sarmientoi</i>
gelim	<i>Vatairea macrocarpa</i> (Benth) Ducke
moeda	<i>Ilex conocarpa</i>
penete de onça	<i>Haplophium</i> sp.
mandioca	<i>Didymopanax macrocarpum</i>
picão	<i>Bidens rubifolia</i>
manacá	<i>Brunfelsia brasiliensis</i>
sangra d'água	<i>Croton urucurana</i>
tento, olho-de-cabra, bico-de-tucano	<i>Ormosia</i> cf. <i>decipularis</i> Ducke
babaçu	<i>Orbignya</i> sp
Sempre viva	<i>Paepalanthus</i> spp
andrequicé	<i>Panicum</i> sp
cinzeiro	<i>Piptocarpha macropoda</i>
saboneteira	<i>Sapindus saponaria</i>
Calunga	<i>Simaba ovalifolia</i>
cana de macaco	<i>Costus</i> cf. <i>spiralis</i>
genipapo	<i>Genipa americana</i>
mamica de porca	<i>Zanthoxylum rhoifolium</i>
mucunã	<i>Dioclea latifolia</i>
milhomens	<i>Aristolochia galeata</i>
mussambé	<i>Terminalia actinophylla</i>
Pacová	<i>Alpinia zerumbet</i>
buchinha do norte	<i>Luffa operculata</i>
gervão roxo	<i>Stachytarpheta cayennensis</i>
pau ferro	<i>Cesalpineia ferrea</i>
jurubeba	<i>Solanum paniculatum</i>
carqueja	<i>Baccharis trimer</i>
Melão de São Caetano	<i>Momordica charantia</i>
Urucum	<i>Bixa orellana</i>
Catinga de Mulata	<i>Tanacetum vulgare</i>
Ruibarbo	<i>Rheum Officinale</i>
Taiuiá	<i>Trianosperma tayuyá</i>
Alçaçuz	<i>Periandra mediterranea</i>
Anil	<i>Indigofera</i>
Cipó-timbó	<i>Serjana lethalis</i>
Tiborna	<i>Himatanthus articulatus</i>
Tucum	<i>Astrocaryum</i> cf. <i>vulgare</i>
Pau terra da folha larga	<i>Qualea grandiflora</i>
peroba rosa	<i>Aspidosperma macrocarpon</i>
catolé	<i>Attalea exigua</i>

capim branco	<i>Paspalum erianthum</i>
no de cachorro	<i>Heteropteris aphrodisiaca</i>
malva	
<b>Especies Cultivadas</b>	
açafrão	
gingibre	
pimenta	
alecrim	
tomilho	
erva doce	
oregano	
pimenta do reino	
salsa	
abobora	
gergelim branco	
gergelim preto	
feijão de porco	
mucuna	
arroz	
feijão	
milho	
mandioca	
algodão	
feijão guandu	
capim limão	
estevia	
manjerição	
manjerona	
coentro	
romã	
neen	
abacate	
banana	
bucha	
confrei	
hortelã	
melissa	
sabugueiro	
cebolinha	
alho	
cebola	
salvia	
caju	
graviola	
abacaxi	
manga	

# PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DE AGROEXTRATIVISTA PARA AGROEXTRATIVISTA



# PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA EM REDE

